

MULHER É MÃE? A CONTA QUE NÃO FECHA

Debora Rickli Fiuza

*Doutoranda do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em
Desenvolvimento Comunitário da Universidade Estadual do Centro Oeste-
UNICENTRO*

*Bolsista CAPES/FAPITEC.
debora_rickli@yahoo.com.br*

*Luciana Rosar Fornazari Klanovicz
Professora do Programa de Pós-Graduação
Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário da Universidade Estadual do
Centro- Oeste- UNICENTRO
lucianarfk@gmail.com*

*Simpósio Temático nº 33 – PRÁTICAS DE ASSISTÊNCIA DO GESTAR AO PARIR:
ENTRE DISSIDÊNCIAS, VIOLÊNCIAS E RESISTÊNCIAS*

RESUMO

Trata-se de um estudo de caráter bibliográfico que integra a pesquisa de doutorado no programa de pós-graduação interdisciplinar em desenvolvimento comunitário, da universidade estadual do centro-oeste, tendo como principal objetivo analisar os imperativos sociais e culturais relacionados à mulher e a maternidade. Como fonte teórica de análise, pautou-se pelos estudos de Simone de Beauvoir (1949); Virginia Wolf (1929); Bety Friedan (1949); Sherry Ortner (1972), tendo como intenção algumas incursões teóricas e questionamentos acerca da maternidade. Com isso, objetivando complexificar este lugar que está no discurso social, inscrito na definição sobre o corpo feminino e sobre o que é ser mulher nessa sociedade. Considerar a mulher para além da equivalência materna é uma das pautas presentes nos discursos feministas, tanto academicamente quanto nos movimentos de militância política. Com isso, produzindo discursos que desnaturalizam o ser mãe do ser mulher e reposicionam esta experiência para o campo do desejo, e não mais como um destino. Como resultados de análise, o diálogo aponta para a complexidade da temática, que não se fecha na correspondência final de que ser mulher é também ser mãe, pelo contrário, apresenta tal esforço em repensar esse enquadre.

Palavras-chave: Maternidade. Mulher. Gênero.

ABSTRAT

This is a bibliographical study that integrates the doctoral research in the interdisciplinary postgraduate program in community development, at the state university in the Midwest, with the main objective of analyzing the social and cultural imperatives related to women and motherhood. As a theoretical source of analysis, it was based on the studies of Simone de Beauvoir (1949); Virginia Wolf (1929); Bety Friedan (1949); Sherry Ortner (1972), with the intention of some theoretical incursions and questions about motherhood. Thus, aiming to make this place more complex in the social discourse, inscribed in the definition of the female body and what it means to be a woman in this society. Considering women beyond maternal equivalence is one of the guidelines present in feminist discourses, both academically and in political militancy movements. Thus, producing discourses that denaturalize being a mother of being a woman and reposition this experience to the field of desire, and no longer as a destination. As analysis results, the dialogue points to the complexity of the theme, which does not end in the final correspondence that being a woman is also being a mother, on the contrary, it presents such an effort to rethink this framework.

Keywords: Maternity. Woman. Genre.

INTRODUÇÃO

Estudos sobre as mulheres, a mulher, o feminino, respaldados por uma leitura feminista, trazem uma nova perspectiva sobre o debate da maternidade. Temos um repertório bastante significativo de mulheres, escritoras, acadêmicas, pesquisadoras e militantes da condição feminina, que buscam questionar a ordem e os discursos que naturalizam o “ser mulher”, bem como os lugares e os papéis que ela ocupa. Pode-se dizer que a maternidade é para a mulher, dentre tantos, o maior imperativo social, apresentando-se à todas (ou quase todas) como um destino natural, já que ir contra a biologia pode parecer uma afronta e também um interdito. Nesse sentido, como fio condutor desta análise partimos da seguinte questão: a maternidade é uma resposta para todas as mulheres?

Este trabalho é fruto dos questionamentos e reflexões suscitados pela disciplina Interseção e Gênero, ministrada pelas professoras dra. Luciana Klanovcz e dra. Kátia dos Santos, ofertada no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário, pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO-PR). A disciplina, para além dos objetivos acadêmicos e do cumprimento de créditos para alunos e alunas de mestrado e doutorado, produziu profundas reflexões quanto aos lugares ocupados pelas mulheres, considerando a historiografia já produzida sobre o tema e os

debates que circulam nessa interseção mulher e maternidade. Como doutoranda, mulher e mãe, a questão que potencializou tal análise foi canalizada para refletir sobre aspectos relacionados à maternidade e como este se inscreve para a mulher como um imperativo social e/ou no campo do desejo e da escolha.

Nesse sentido, coloco-me nesse grande desafio, o de debater com autoras de diferentes períodos históricos e posicionamentos teóricos e vivencial diversos. Ainda assim, uma discussão contemporânea e de grande relevância para nós, mulheres, que viemos de uma outra geração e, por consequência, privilegiadas por algumas respostas já problematizadas, porém, com outras tantas perguntas a serem levantadas. Esse texto é resultado da leitura de Simone de Beauvoir (1970); Sherry Ortner (1970); Betty Friedan (1971); Friedan, Betty (1963); Virginia Woolf (1929), tendo como intenção incursões teóricas e questionamentos acerca da maternidade, no sentido de complexificar este lugar que está no discurso social, inscrito na definição sobre o corpo feminino e sobre o que é ser mulher nessa sociedade.

DESENVOLVIMENTO

O movimento feminista foi importante para a problematização de diferentes imperativos às mulheres, sobretudo, no que diz respeito à maternidade. Segundo Valquéz (2005, p.166), embora a construção do sentimento materno como algo inato a todas as mulheres foi fortemente questionado, bem como o desenvolvimento de diferentes estudos e teorias apresentando esta experiência como uma construção social e cultural, no século XXI, porém, a “representação social da mulher-mãe como padrão de mulher, ainda, se mantém no imaginário social” (VALQUEZ, 2005, p. 167).

Simone de Beauvoir (2009, p.13) foi a precursora a lançar a grande pergunta: O que é uma mulher? Essa pergunta é necessária para, então, percorrer outros lugares que as afetam, por exemplo, o que é possível a uma mulher? A pergunta inscrita pela feminista francesa aponta um caminho que rompe com o essencialismo e a naturalização, sobretudo, afirmando que o ser mulher não está restrito à sua anatomia. Considera-se esse ponto crucial para o início deste debate, pois às mulheres sendo estas as portadoras do útero, culturalmente, são interpeladas ao destino da maternidade. Nesse sentido, a autora supracitada, no livro “O segundo sexo: fatos e mitos”, publicado originalmente em 1949,

discute o indiscutível para sua época, recusando defini-las (todas as mulheres) pela ordem biológica, tal como aponta:

A mulher tem ovários, tem útero; eis as condições singulares que a encerram na sua subjetividade; diz-se de bom grado que ela pensa com suas glândulas. O homem esquece soberbamente que sua anatomia também comporta hormônios e testículos. Encara o corpo como uma relação direta e normal com o mundo que acredita apreender em sua subjetividade, ao passo que considera para o corpo da mulher sobrecarregado por tudo o que o especifica: um obstáculo, uma prisão. (BEAUVOIR, 2009, p.11)

A maternidade como um enquadre social que está destinada às mulheres, de maneira indistinta, precisa ser questionada urgentemente. É possível repensar discursos dicotômicos aos quais definem e determinam que as características biológicas sejam determinantes para certas práticas sociais. Nesses discursos, por exemplo, a definição de que as mulheres são boas cuidadoras porque são biologicamente frágeis, sensíveis e delicadas exige uma interrogação.

Vale ressaltar que o sentimento materno, este de amor incondicional, também foi identificado como uma construção que foi-se apresentando por diferentes interesses e tempos históricos. Segundo Badinter (1985) citado por Vasquez (2005, p. 168), ao longo do século XX a maternidade foi sendo colocada, por meio de campanhas políticas e médicas, como uma experiência para além do atributo biológico, mas também pelo argumento afetivo. Nisso tudo, a mulher é capturada pela lógica biológica e sentimental, tal como aponta:

Se construiu a ideia de que mulheres tinham, portanto, uma dupla tendência à maternidade, uma de caráter biológico e outra de caráter sentimental. Esta construção histórica a respeito da relação mãe e filho, desencadeou sentimentos de perplexidade e até mesmo revoltas quando uma mulher, biologicamente capaz de gerar a vida, se recusava a engravidar ou optava pela eliminação do feto (VALQUEZ, 2005, p.168).

A negação da maternidade, conforme estudos desenvolvidos pelo grupo de pesquisa conduzido pela professora Joana Pedro (2003), no caso de mulheres que culminaram na prática do aborto, foram julgadas pelo âmbito da moral no campo médico e jurista. Segundo Pedro (2003, p. 337), a negação da maternidade, ao longo da história, foi repelida e sofreu diferentes sanções pela sociedade e instituições. A negação do seu “destino” parece uma grande afronta ao ideal de mulher esperado pela sociedade. Tais estudos sobre infanticídio e violência materna, desenvolvido pela professora Joana Pedro (2003), demonstram que o amor incondicional de uma mãe pelos seus filhos não se constituiu como uma disposição natural, um sentimento instintivo e biológico, pelo

contrário, o afeto e disposição ao cuidado também são experiências construídas e que precisam ser desnaturalizadas como da ordem exclusivamente feminina.

Badinter (2008, p.145) corrobora com esse argumento ao lançar a obra “um amor conquistado: o mito do amor materno”, questionando o amor materno como um instinto de todas as mulheres. Ao contrário, a autora afirma que este é um sentimento confuso e ambíguo, carregado de embaraços e imperfeições. Longe de ser algo natural e que atinge indistintamente as mulheres, a autora ressalta que o “amor materno é uma conquista”, ou em alguns episódios, “um amor ausente”.

Considerar a mulher para além da equivalência materna é uma das pautas presentes nos discursos feministas, tanto academicamente quanto nos movimentos de militância política. Com isso, produzindo discursos que desnaturalizam o ser mãe do ser mulher e reposicionam esta experiência para o campo do desejo, e não mais como um destino. Outras perguntas são possíveis de serem ditas, afinal, todas as mulheres querem serem mães? A dualidade mulher/mãe entra em questão e mulher reconhece a possibilidade de encontrar satisfação também em outras relações (não somente mãe/filho) e fora do ambiente privado, como a de trabalho, os estudos, a ciência.

O reconhecimento da sexualidade dos corpos femininos e a expectativa do prazer levaram a novos comportamentos que romperam com a suposta passividade feminina. A mudança desses comportamentos está trazendo atualmente rupturas nas relações entre homens e mulheres. Estas começam a planejar o nascimento de filhos e não aceitam mais os “casos” fora do matrimônio ou em uma relação estável (NOTHAFT e BEIRAS, 2019, p.4).

Essa discussão acerca da universalização da mulher e como consequência a subordinação e submissão frente ao homem também foi apontada por Ortner (2017, p.91), escritos a partir da indagação da autora: Está a mulher para o homem assim como a natureza para a cultura? Ortner (2017, p.95) problematiza a universalidade da subordinação feminina, tão presente em diferentes sociedades. Tomando como campo de análise a lógica subjacente do pensamento cultural que assume a mulher como sujeito inferior, Ortner (2017, p.95) afirma que as assimetrias de prestígio entre homens e mulheres se sustenta por um sistema de valor cultural. O fato de a mulher ser identificada de maneira mais expressiva com a natureza e não com a cultura a coloca em uma posição de inferioridade.

O corpo da mulher estando apto à vida e à procriação, segundo Ortner (2017, p.97) assemelha-se com a natureza. Isso incorre, seguindo os termos desta discussão, na naturalização da função materna e na conformidade reprodutiva. Nesse sentido, há o

diálogo entre Ortiner (2017) com Beauvoir (2009) ao afirmarem que o corpo feminino, por exercerem funções fisiológicas tão evidentes, parece responsabilizar à mulher a reprodução da espécie, sendo a maternidade o destino que não escapa e que, por vezes, as aprisiona. Já ao homem, este não ocupando a função natural de procriação pode circular livremente para outros desejos, sem causar tantos constrangimentos e questionamentos sociais. A função da maternidade, nesse ponto de vista, impõe à mulher o lugar de inferioridade e de desvalor, como fruto das condições fisiológicas, do confinamento doméstico, sendo apaziguada pela dedicação aos cuidados dos filhos.

Nesta perspectiva, se a natureza lhe confere o lugar da maternidade como algo tão cristalizado e, por conseguinte, os cuidados domésticos e maternos as restringem ao campo privado e de desprestígio, o que restaria à mulher?

As mães e seus filhos, de acordo com questões naturais, se pertencem. Além disso, as crianças, durante a infância, não são suficientes fortes para se engajar em maiores trabalhos, ainda que se movam inquietas e incapazes de entender os vários perigos, portanto, elas precisam de supervisão e constantes cuidados. As mães são as pessoas indicadas obviamente para esta tarefa, como uma extensão a sua ligação natural de alimentar as crianças, ou porque elas têm um novo bebê e ainda estão envolvidas com a atividade de orientação infantil. Suas próprias atividades são, portanto, circunscritas pelas limitações e baixos níveis das forças e habilidades dos seus filhos, ela é confinada ao grupo familiar doméstico, “o lugar da mulher é no seu lar”. (ORTINER, 2017, p.97)

A maternidade como um imperativo do ser mulher passa a ser interrogado pelas próprias mulheres, inspiradas pelas publicações de Simone de Beauvoir, bem como outras pesquisadoras feministas. Friedan (2020, p.13) chama esse processo de indagação motivado por um sentimento de insatisfação como um “problema sem nome”, título de sua obra publicada originalmente em 1963 que questiona vários outros imperativos assumidos pelas mulheres, como o cuidado doméstico, dos filhos e seus maridos.

Com o tempo, a realização da mulher restrita ao campo doméstico e materno desloca-se de lugar e retoma como fonte de questionamentos, sobretudo, pela perspectiva feminista. Mulheres norte-americanas, no final do século XX, encorajam-se também para desenrolar a pergunta fundante: o que é ser mulher? Para Friedan (2020, p.15) as mulheres que se ocupavam exclusivamente dessas funções (mães e esposas), mesmo sendo posições tão idealizadas por elas, não se sentiam mais felizes e engajadas, abrindo caminho para outras composições possíveis.

O papel de mãe intrínseco à mulher era o destino esperado, outras possibilidades como a literatura, medicina, política, historicamente não foram bem aceitas. Ao passo

que as mulheres decididas a assumir estes postos eram tidas como neuróticas e não femininas. No entanto, o sentimento para ocupar diferentes lugares estava aflorando nas mulheres, mas nem todas se sentiam autorizadas a validar esse desconforto, muito menos, ao compartilhamento desse desconforto com outras mulheres, tal como aponta Friedan (2020, p.20):

Se surgisse uma crise nas décadas de 50 e 60, a mulher sabia que havia algo errado no seu casamento ou nela própria. Que espécie de criatura seria ela que não sentia essa misteriosa realização ao encerrar o chão da cozinha? (FRIEDAN, 2020, p.20)

Contudo, esse “problema sem nome”, que sinaliza o sentimento de insatisfação e incompletude da *mulher-mãe-dona-de-casa-esposa*, é também uma denúncia para a desnaturalização de tais funções.

O reconhecimento de que o ser mãe, não necessariamente, esteja marcado no corpo da mulher e que há outras marcações possíveis, por si só, ao longo da história não foi suficiente para que mulheres fossem reconhecidas e legitimadas em outros espaços. Exige um percurso de resistência e intenção, nisso importa o percurso construídos por essas mulheres cientistas, citadas e reconhecidas nesse trabalho.

Wolf (2014, p.13), utilizando-se do recurso da escrita de ficção problematizou o funcionamento da sociedade, que é sexista e excessivamente desigual. A obra “um teto todo seu”, escrito em 1929, é também um ensaio desenvolvido a partir de duas palestras ministradas em universidades femininas da Inglaterra, o que marcava uma novidade neste contexto acadêmico, tendo em vista que esses espaços eram ocupados majoritariamente por homens.

Se à mulher estava naturalizado o lugar do cuidado, ocupar centros de estudo apresentava-se como uma acentuada subversão. Pelo caminho da ficção, a autora questionou os lugares não autorizados às mulheres na Universidade, exemplificando situações vivenciadas pela personagem fictícia. A grama para o descanso não poderia ser pisada pela mulher; o acesso à biblioteca apenas sob a companhia de um homem; as refeições eram diferenciadas entre as universidades femininas e masculinas. Concluindo que, para uma mulher reconhecer-se como escritora e poder realizar esse ofício, a ela exigiria dinheiro e um lugar todo seu na academia, ou seja, atingir outros contextos para além do que a biologia impunha à mulher era de grande resistência (WOLF, 2014, p. 15).

De acordo com Rago (2000, p. 23), é importante tecer uma crítica à dominação masculina e a quebra de concepções absolutistas no campo científico, bem como o

interesse da epistemologia feminista para contrapor a hegemonia científica, representada pela figura do homem, branco, ocidental e heterossexual. Esse modelo se apresenta de maneira autoritária e hierárquica, e as teóricas feministas interrogam enfaticamente, apresentando novas perspectivas, mais justas e igualitárias. O texto “epistemologia, gênero e história”, da mesma autora, traz a reflexão sobre os motivos e intenções de uma epistemologia feminina, reposicionando os discursos e o olhar sobre a ciência e a prática, superando as posições binárias e excludentes. As mulheres na ciência estão construindo e são as portadoras das narrativas de novas formas de existir, pensar e viver os seus múltiplos objetos de investigação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O diálogo aqui apresentado aponta para a complexidade da temática, que não se fecha na correspondência final de que ser mulher é também ser mãe, pelo contrário, apresenta tal esforço em repensar esse enquadre, problematizando-o e encontrando novas saídas para tal determinação.

A potência biológica que possibilita gerar outra vida, pela via da imposição social, pode produzir relações de cuidado marcadas por obrigações, desespero, angústia, que recaem com violência à própria mulher e, em alguns lugares, em relações violentas. A maternidade, sendo uma construção cultural, é um lugar possível às mulheres, entrelaçada a tantos outros lugares.

Nesse sentido, tal ensaio buscou deslocar-se do enquadre tão enrijecido que define o lugar da maternidade para todas as mulheres, como se esta experiência fosse determinada simplesmente pela ordem biológica. Para essa tarefa foi necessário potencializar um diálogo entre autoras que, historicamente, buscaram algumas respostas para essa questão que se impõe, de modo geral, às mulheres.

A equivalência mãe/mulher é uma conta que não fecha, justamente porque a maternidade é uma das saídas possíveis de satisfação e prazer disponível às mulheres, entre outras experiências que estão sendo construídas e desenhadas pelo feminino.

REFERÊNCIAS

BADINTER, Elisabeth. Um Amor Conquistado: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BEAUVOIR, Simone de. Introdução. **O Segundo Sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009, p. 13-31. (publicado originalmente em 1949)

FRIEDAN, Betty. O problema sem nome. **A Mística Feminina**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020, p. 13-33. (publicado originalmente em 1963)

NOTHAFT, Raíssa Jeanine; BEIRAS, Adriano. O que sabemos sobre as técnicas com autores de violência doméstica e familiar? **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 27, n. 3, 2019. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2019000300206&lng=en&nrm=iso>. acesso em 08 de novembro de 2020. Acesso em 21 de outubro de 2019. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/1806-9584-2019v27n356070>

ORTNER, Sherry. Está a mulher para o homem assim como a natureza para a cultura? In: BRANDÃO, CAVALCANTI, COSTA & LIMA. (orgs.) **Traduções da cultura – perspectivas críticas feministas (1970-2010)**. Florianópolis: EDUFAL/Editora da UFSC, 2017, p. 91-123. (publicado originalmente em 1972).

PEDRO, Joana Mari. Práticas Proibidas, Práticas Costumeira de aborto e infanticídio. Século XX. Florianópolis, 2003.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Joana Maria e GROSSI, Miriam Pilar (Org.). Masculino, feminino, plural. Florianópolis: Editora Mulheres, 2000.

VAZQUEZ, G. Mais cruéis que as próprias feras: aborto e infanticídio nos Campos Gerais entre o século XIX e o XX. Dissertação. Mestrado em História. UFPR, 2005.

WOOLF, Virginia. Capítulo 1. **Um teto todo seu**. São Paulo: Tordesilhas, 2014, p. 12-39, 2014.